

INSTITUIÇÕES DE CUSTÓDIA E DISSEMINAÇÃO DE DOCUMENTOS CONTEMPORÂNEOS DIANTE DAS TECNOLOGIAS DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO: Centros de Memória, Centros de Documentação e Arquivos

Rosale de Mattos Souza¹
rosale.m.souza@unirio.br

Resumo

Quais são os impactos das tecnologias da informação e da comunicação nas instituições de memória na sociedade da informação. Este trabalho visa de forma geral analisar as diferenças e semelhanças entre Centros de Memória, Centros de Documentação e Arquivos, que podem manter cooperação e integração de saberes e acervos por meio da comunicação, das ferramentas e dos recursos tecnológicos. Como objetivos específicos: refletir sobre as atribuições das instituições de memória; compreender as funções e a posição hierárquica dessas entidades públicas ou privadas. Além disto, pretende observar o papel do arquivista, do documentalista, do historiador, diante da constatação de que o ambiente tecnológico apresenta mudanças em sua composição, seu tamanho e características de mediação; destacar os princípios desses lugares de memória, ou seja, as formas de tratamento, organização, manutenção, avaliação e disseminação de documentos e informações. Como aspecto teórico-metodológico houve o levantamento de literatura sobre tipos de memória, memória institucional e organizacional, além de conceitos sobre Centros de Memória, Arquivos e Centros de Documentação. No aspecto da metodologia empírica, assinala-se o método comparativo entre instituições de memória, iremos identificar, apresentar alguns exemplos de arquivos, centros de memória e centros de documentação, de entidades públicas e privadas. Quais são aquelas agências de memória que se utilizam de redes de informação, sites, facebook, blogs e demais ferramentas para divulgação de serviços, produtos e conteúdos. De que forma as instituições de memória vêm se apoderando das Tecnologias da Informação - TIs, de modo a garantir a manutenção e construção de interfaces e mecanismos de pesquisa capazes de promover os sistemas de recuperação da informação (SRIs), mediar o acesso a informação de forma mais consistente junto aos usuários nas redes sociais. Apresenta-se um quadro comparativo, assinalando as características que aproximam ou diferenciam essas instituições, tais como: estrutura organizacional, classificação, avaliação e descrição e difusão de documentos, demandas de usuários, tipos de acervos, gêneros e tipos de suportes documentais, organização e tratamento técnico de documentos e informações, funções e objetivos segundo as necessidades institucionais. Como pontos em comum essas instituições de memória têm os seguintes aspectos: a disponibilização da informação custodiada, o acesso aos documentos e informações, a normalização, a mediação, os instrumentos de pesquisa e as estratégias de busca. A sociedade do conhecimento nos impele para relações interdisciplinares no fazer e no pensar. Concluindo, no que diz respeito ao antigo paradigma, observou-se o acervamento e quanto ao novo paradigma, há a

¹ Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro/RJ, Brasil.

potencialização do acesso ao usuário e melhoria da sua competência. Essas instituições de memória têm recursos administrativos, de gestão de acervos, de patrimônio documental, elementos estratégicos para a tomada de decisões, a busca da identidade organizacional, solução de problemas documentais e informacionais em entidades públicas e privadas. Neste sentido, a informação e o conhecimento são susceptíveis de serem gerenciados da mesma forma como qualquer outro recurso de uma organização ou de uma sociedade. Com os novos desafios tecnológicos, os arquivos contemporâneos passaram a ter atributos semelhantes aos das bibliotecas, centros de documentação e os centros de memória, tais como: tipos de documentos digitais ou natodigitais, com exemplares únicos ou múltiplos, passagem natural de fonte geradora única ou múltipla, indexação, instrumentos de pesquisa eletrônicos e interfaceados com outras agências de informação, normalização descritiva; tendo não só como usuários o historiador, o administrador, mas também o grande público e os cidadãos em geral. É dever do estado a preservação do patrimônio cultural da nação, de prestar contas e dar acesso aos cidadãos dos atos do governo, promovendo a transparência administrativa e governamental, independentemente do tipo de instituição de memória, custódia e disseminação de documentos e informações públicas e privadas.

Palavras-chave: Instituições de Memória. Centros de Memória. Centros de Documentação. Arquivos. Tecnologias da Informação e Comunicação.

1 INTRODUÇÃO

As questões que envolvem relações comparativas entre instituições de memória nos acompanham há muito tempo. A primeira inspiração foi na seção “Reflexões sobre o conceito de memória no campo da documentação administrativa”, no livro *Arquivos Permanentes: tratamento documental*, publicado pela FGV, de autoria da profa. Heloísa Liberalli Belloto, em 2005. Nessa seção, a autora comparou Arquivos, Bibliotecas, Museus e Centros de Documentação. Assim, no IV Congresso Nacional de Arquivologia, foi apresentado juntamente com uma colega bibliotecária, um trabalho intitulado “Convergência: novas luzes na Gestão de documentos e na Gestão do Conhecimento.”, no ano de 2010. Naquela ocasião, comparamos as mesmas instituições, ou seja, arquivos, bibliotecas, museus e centros de documentação, mas sob o impacto das tecnologias da informação e da comunicação.

Este trabalho visa compreender quais são os impactos das tecnologias da informação e da comunicação nas instituições de memória na sociedade da informação. Tendo como objetivo geral analisar as diferenças e semelhanças entre Centros de Memória, Centros de Documentação e Arquivos, que podem manter cooperação e integração de saberes e acervos por meio da comunicação, das ferramentas e dos recursos tecnológicos. Como objetivos específicos busca refletir sobre as atribuições das instituições de memória; destacar os princípios e características desses lugares de memória; assinalar as funções das instituições de memória: recolhimento/aquisição, tratamento, organização, manutenção, avaliação, disseminação e difusão de documentos e informações e identificar acervos e tipos de usuários.

Quanto ao aspecto teórico-metodológico houve o levantamento de literatura sobre tipos de memória, memória institucional e organizacional. Além de levantar os conceitos sobre Centros de Memória, Arquivos e Centros de Documentação. Identificamos também na literatura o comparativo entre arquivos, bibliotecas, museus e centros de documentação.

Quanto à metodologia do aspecto empírico utiliza-se o método comparativo entre instituições de memória. Identificamos alguns exemplos de arquivos, centros de memória e centros de documentação, de entidades públicas e privadas. O uso de tecnologias da informação e comunicação pelas instituições de memória. Apresenta-se um quadro comparativo, assinalando as características que aproximam ou diferenciam essas instituições de memória, tais como: estrutura organizacional, classificação, avaliação e descrição e difusão de documentos, demandas de usuários, tipos de acervos, gêneros e tipos de suportes documentais. Por extensão, apresentamos, por amostragem, algumas instituições de memória que se utilizam de redes de informação, sites, facebooks, blogs e demais ferramentas para divulgação de serviços, produtos e conteúdos.

Há na contemporaneidade um novo ambiente: o informacional. Considera-se que o fazer dos profissionais da informação é extremamente estratégico e político. A sociedade do conhecimento nos leva a uma reflexão sobre as funções do arquivista, do documentalista, do historiador, especialmente, diante da constatação de que o

ambiente informacional apresenta mudanças em sua composição, seu tamanho e características de mediação e que as instituições de memória e seus profissionais devem ter um espírito colaborativo e dialogal.

2. A MEMÓRIA COMO TERMO POLISSÊMICO: CONCEITOS DE MEMÓRIA E MEMÓRIA INSTITUCIONAL.

As relações entre arquivos e memória suscitam diversas interpretações e costumam ser conceitos que se cruzam e se complementam. E é preciso entender essas relações entre memória e instituições de memória. Há que se estimular estudos e pesquisas em torno de memórias coletivas e arquivos.

[...] Os arquivos costumam ser tratados como instituições de memória com uma missão que inclui preservar e fornecer acesso às provas de ações e decisões passadas. [...] Como os conceitos de memória influenciaram a Arquivologia, e recomendar pesquisas complementares no intuito de aprofundar nosso entendimento das funções desempenhadas pelos arquivistas junto à memória coletiva. [...] (HEDSTROM, 2016, p. 237)

É útil pensar no escopo dos estudos sobre a memória, ampliando-se o conceito ao deixar de se concentrar em como os indivíduos lembram isoladamente, e passar a investigar como os contextos sociais e culturais influenciam memórias coletivas, como os grupos e comunidades forjam uma memória social ou coletiva comum.

[...] Estudos sobre memória amplo e amorfo. A terminologia é imprecisa e as expressões “memória coletiva” e “memória social” são usadas de forma ambígua na discussão de conceitos. [...] Em cerca de 500 monografias e artigos sobre memória social com um glossário que inclui 47 termos. Entre os termos existem: memória autobiográfica, coletiva, cultural, cintilante, geracional, condicionada, oficial, popular, pública, encobridora, social e traumática. [...] Maurice Halbwachs, em trabalhos de 1920 e 1930, argumentou que identidades individuais e comunitárias eram moldadas pela prática do compartilhamento de memórias com base em instituições sociais centrais: a família, a religião e a classe social. [...] A memória coletiva é um construto social que reflete necessidades atuais que grupos e indivíduos sentem de conferir sentidos particulares para o passado, surgem questões sobre como tais necessidades são identificadas e por quem, além de como interpretações específicas do passado são mobilizadas para satisfazê-las. [...] (HEDSTROM, 2016, p. 238-241)

Todavia o que vai no interessar neste trabalho é a relação da memória com as instituições, em particular as instituições entendidas como lugares de memória e a informação administrativa.

[...] A informação administrativa, contida, por sua realidade jurídico-institucional, nos arquivos correntes e, posteriormente, como testemunho em fase intermediária ou como fonte histórica, custodiada nos arquivos permanentes – não se restringe a si mesma. Se a considerarmos de modo mais abrangente, analisando-a como transmissão cultural, lançada para o futuro por meio de diferentes documentos grafados em diferentes suportes, ela pode significar muito mais, quando aliada a outros dados/informações oriundos de campos não-arquivísticos.[...] (BELLOTTO, 2005, p. 271)

Há uma relação entre Centros de Memória, Centros de Documentação e Arquivos em seus objetivos de armazenamento, tratamento, recuperação da informação e dar acesso à informações produzidas e recebidas no âmbito de instituições públicas e privadas.

3. OS CENTROS DE MEMÓRIA

Um centro de memória é uma área, setor ou unidade, dentro de cada instituição, que tem como objetivo reunir, organizar, conservar e produzir conteúdo a partir da memória institucional, presente tanto na documentação histórica da organização quanto na memória de seus colaboradores e de outros atores relacionados à vida institucional. (PAZIN, 2015)

Para Camargo; Goulart (2015) alguns exemplos de Centros de Memória em organizações privadas: Bunge Brasil, Camargo Corrêa, Gol Linhas Aéreas, Itaú Unibanco, Unliever Brasil e Votoratim.

3.1 ACERVOS E USUÁRIOS DOS CENTROS DE MEMÓRIA

Os documentos oriundos de setores relacionados aos serviços e produtos de comunicação, tais como propaganda e marketing. O que se observa é a formação de documentos heterogêneos e de gêneros documentais diferentes: textuais, audiovisuais,

sonoros, iconográficos, além de objetos e artefatos. Não são documentos somente de arquivos, mas de diferentes origens e características.

[...] Se de algumas espécies existem séries contínuas e quase sem lacunas, de outras encontramos um ou outro exemplar: antigos livros contábeis, máquinas de escrever e calcular, peças de mobiliário e outros objetos de valor simbólico ou afetivo, escolhidos para testemunhar uma época ou um *modus faciendi*.[...] CAMARGO; GOULART, 2008, p. 70-72)

Os usuários normalmente são dos setores de propaganda e marketing na iniciativa privada, transmitindo informações sobre identidade e imagem organizacional, visando o mercado de informações.

4. CENTROS DE DOCUMENTAÇÃO

Os acervos dos centros de documentação são constituídos de documentos bibliográficos e arquivísticos, independentemente do suporte e do gênero documental, importando a informação especializada. Os usuários são voltados para determinado domínio de conhecimento.

Ao se pesquisar em Dicionários de Terminologia da área de Arquivologia, Biblioteconomia e Documentação, encontrou-se a seguinte definição:

[...] Qualquer entidade que tenha como função principal a aquisição, tratamento, armazenamento e divulgação de livros, periódicos, e/ou outros documentos (UNESCO, UNISIST, guidelines); unidade de documentação - Serviço de documentação; 2. Entidade cujo objetivo é a seleção, aquisição, tratamento, armazenamento e recuperação de documentos e informações específicas. E também a divulgação seletiva da informação, por meio de resumos, extratos, índices e boletins. 3. “Serviços polivalentes de informação que fornecem traduções, referências e resumos, relativos a uma ou mais disciplinas em base nacional ou internacional [...]” (CUNHA; CAVALCANTI, 2008)

4.1. EXEMPLO DE CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO: CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO DA CÂMARA DOS DEPUTADOS

O Centro de Documentação é um órgão que reúne documentação especializada, independente do suporte documental e de ser proveniente de bibliotecas, arquivos e museus, possibilitando a existência de sistemas de recuperação da informação.

O Centro de Documentação e Informação é o órgão responsável por coordenar a gestão da informação na Câmara dos Deputados, garantindo qualidade da informação e seu acesso. Assim, entre suas atividades de coordenação estão aquelas relacionadas à Arquitetura de Informação, à edição dos produtos bibliográficos oficiais da Casa, à preservação do patrimônio informacional e à gestão de relacionamento da casa. Além disso, coordena, controla e dirige o Serviço de Informação ao Cidadão, bem como as atividades de documentação, informação e pesquisa legislativa, bibliográfica e arquivística. (CÂMARA DOS DEPUTADOS, 2020)

5. ARQUIVOS: SUAS MISSÕES E ATRIBUIÇÕES

Os arquivos normalmente são associados aos enfoques de história e memória, mas também são instituições que promovem a gestão documental e têm nos documentos e informações recursos estratégicos para a administração de entidades públicas e privadas. Além disto, os documentos acompanham os indivíduos desde o seu nascimento até sua morte, registrando toda sua vida e depois sendo preservado como arquivos pessoais. Delmas, (2010) dá muitos exemplos dos usos dos arquivos na sociedade, independentemente do suporte e do gênero documental, tratando os arquivos como valor de prova, testemunho e lembrança.

Os documentos de arquivo, independentemente de data, suporte, forma ou local de conservação são aqueles solidariamente produzidos ou recebidos por qualquer pessoa física ou jurídica, no exercício de suas atividades, acumulados e organizados em consequência dessas mesmas atividades, e conservados para eventuais usos futuros. [...] Há portanto, unanimidade a respeito da definição dos arquivos: documentos reunidos por uma pessoa ou instituição em razão das necessidades, formando, assim, um conjunto solidário e orgânico denominado fundo de arquivo, conservado para usos posteriores. (DELMAS, 2010, p. 56)

Existem muitos autores com diferentes enfoques, que levam os arquivos a serem considerados objetos de pesquisa, inclusive filósofos, tais como Michel Foucault, que insere o documento nos arquivos e faz uma análise crítica do documento relacionado com a história.

[...]Ora, por uma mutação que não data de hoje, mas que, sem dúvida, ainda não concluiu, a história mudou sua posição acerca do documento: ela considera como sua tarefa primordial, não interpretá-lo, não determinar se diz a verdade nem qual é seu valor expressivo, mas sim trabalhá-lo no interior e elaborá-lo: ela o organiza, recorta, distribui, ordena e reparte em níveis, estabelece séries, distingue o que é pertinente do que não é, identifica elementos, define unidades, descreve relações. O documento, pois, não é mais, para a história, essa matéria inerte através da qual ela tenta reconstituir o que os o que os homens fizeram ou disseram, o que é passado e o que deixa apenas rastros: ela procura definir, no próprio tecido documental, unidades, conjuntos, séries, relações. É preciso desligar a história da imagem com que ela se deleitou durante muito tempo e pela qual encontrava sua justificativa antropológica: a de uma memória milenar e coletiva que se servia de documentos materiais para reecontrar o frescor de suas lembranças; ela é o trabalho e a utilização de uma materialidade documental (livros, textos, narrações, registros, atas, edifícios, instituições, regulamentos, técnicas, objetos, costumes, etc.) que apresenta sempre e em toda parte, em qualquer sociedade, formas de permanências, quer espontâneas, quer organizadas. O documento não é o feliz instrumento de uma história que seria em si mesma, de pleno direito, memória; a história é para uma sociedade, uma certa maneira de dar status e elaboração à massa documental de que ela não se separa. [...] (FOUCAULT,1997, p. 08)

Portanto, os arquivos são fonte das memórias individuais e coletivas, transmitindo através dos documentos os vestígios do passado, podendo promover a unidade nacional, étnica ou de grupos que queiram estabelecer sua importância social.

É um problema particularmente relevante para os arquivistas, porque pode lançar luz sobre como as fontes arquivísticas podem atuar na construção da memória social. Eric Hobsbawm e Terence Ranger introduziram a noção de invenção de tradição, em que percepções sobre o passado são seletivamente reunidas e transmitidas como forma de promover coesão social, estabelecer ou legitimar autoridade ou moldar uma identidade nacional ou étnica. [...] Fontes de resistência as redes estabelecidas de poder e autoridade e como meios de criar coesão em comunidades emergentes. [...] O estudo da memória social revelou grande variedade de instrumentos de transmissão que desafiam a centralidade do arquivo. [...] A literatura sobre memória social deixa claro que, ainda que o arquivo desempenhe um papel na construção e persistência da memória coletiva, ele o faz em conjunção com vários outros meios de transmissão da informação. Percepção do passado ou uma consciência histórica. (HEDSTROM, 2016, p.)

Os arquivos são fonte da história, promovem o patrimônio documental, mas também se constituem em insumos, em recursos estratégicos para as decisões dos

governos enquanto estruturas de estado, facilitando o acesso à informação aos cidadãos.

5.1. ARQUIVO NACIONAL: COMO INSTITUIÇÃO DE MEMÓRIA E COMO ÓRGÃO ESTRATÉGICO DE INFORMAÇÃO DO ESTADO.

O Arquivo Nacional (AN) cumpre parte de sua missão institucional oferecendo orientação, assistência técnica e capacitação a servidores de outros órgãos da administração pública federal de todo o Brasil na área de gestão, preservação, processamento técnico, acesso e difusão de documentos, no âmbito do Sistema de Gestão de Documentos de Arquivo - SIGA. O Arquivo Nacional garante também a salvaguarda de patrimônio documental fundamental para o Brasil. (ARQUIVO NACIONAL, 2020) . O Arquivo Nacional, criado em 1838, já foi subordinado ao Ministério da Justiça e Negócios Interiores, depois no início do século XXI ficou subordinado à Secretaria da Presidência da República e posteriormente retornou à subordinação ao Ministério da Justiça.

Assim, o Arquivo Nacional disponibiliza milhares de documentos sob a sua guarda acessíveis em qualquer parte do mundo pela internet; além disso, é possível consultar documentos em caráter presencial em suas duas unidades no Rio de Janeiro e em Brasília ou à distância por meio de correio eletrônico.

O Arquivo Nacional dispõe no momento de 10 sítios eletrônicos, 7 bases de dados e 42 instrumentos de pesquisa que permitem a seus usuários o acesso à informação documental e arquivística, bem como a informações sobre suas atividades e eventos. Destaca-se o Sistema de Informação do Arquivo Nacional – SIAN. (ARQUIVO NACIONAL, 2020)

6. ASPECTOS COMPARATIVOS ENTRE INSTITUIÇÕES DE MEMÓRIA:

Ao serem comparadas instituições de memória como arquivos, bibliotecas, museus e centros de documentação, temos os seguintes aspectos e conceitos, tais como:

[...] que o Bibliotecário manipula documentos diversos, de várias procedências (livros, periódicos, folhetos, etc.), lida em geral com todos os assuntos referentes ao conhecimento humano e atende a uma clientela variada, desde as crianças até aos eruditos. O documentalista trabalha em profundidade sobre um assunto mais restrito e fornece informações a usuários mais especializados, e o arquivista se dedica sobretudo aos documentos únicos, criados no curso de atividades das instituições e indivíduos [....]”(DUCHEIN apud AAB, 2006)

Quanto à comparação entre as competências entre instituições de memória relacionadas a arquivos, bibliotecas e centros de documentação do ponto de vista de Bellotto (2016).

(1978) São identificados arquivos, bibliotecas e centros de documentação que tem a corresponsabilidade no processo da recuperação da informação, em benefício da informação administrativa, jurídica e testemunho histórico, bem como divulgação científica, tecnológica, cultural e social. Esses objetivos são alcançados pela aplicação de procedimentos técnicos diferentes a um material de distintas origens. A diferença se baseia fundamentalmente no fim para os quais os documentos foram criados. A moderna recuperação da informação nos três tipos de instituição exige pessoal altamente qualificado e formação específica. (BELLOTTO, 2016, p.29)

QUADRO COMPARATIVO 1

	Arquivo	Biblioteca	Museu	Centro de Documentação/banco de dados
Tipo de suporte	Manuscritos, impressos, audiovisuais, exemplar único	Impressos, manuscritos, audiovisuais, exemplares múltiplos	Objetos bi/tridimensionais, exemplar único	Audiovisuais (reprodução) ou Virtual, exemplar único ou múltiplo
Tipo de conjunto	Fundos; documentos	coleção; Documentos	coleção; documentos	Coleção; documentos unidos

	unidos pela Proveniência (origem)	unidos pelo conteúdo	unidos pelo conteúdo ou pela função	pelo conteúdo
Produtor	a máquina administrativa	Atividade humana ou coletiva	Atividade humana, a natureza	Atividade humana
Fins de produção	administrativos jurídicos, funcionais, legais	culturais, científicos, técnicos, artísticos, educativos.	culturais, artísticos, funcionais	Científicos
Objetivo	provar, testemunhar	instruir, informar	informar, entreter	Científicos
Entrada dos documentos	passagem natural de fonte geradora única	compra, doação, permuta de fontes múltiplas	compra, doação, permuta de fontes múltiplas	compra, doação, pesquisa
Processamento técnico	registro, arranjo, Descrição: guias Inventários, catálogos, etc	tombamento, classificação, catalogação, fichários	tombamento, catalogação, Inventários, catálogos	tombamento, classificação, catalogação, fichários ou computador
Público	administrador e pesquisador	grande público e pesquisador	grande público e pesquisador	Pesquisador

Fonte: BELLOTTO, Heloísa.(2005, p. 43)

Quanto à comparação entre arquivos, Centros de Memória e Centros de Documentação:

QUADRO COMPARATIVO 2

ARQUIVOS	CENTROS DE MEMÓRIA
Entidades – Públicas e privadas Princípios arquivísticos - Proveniência, Respeito aos fundos documentais, ordem original, territorialidade; Recolhimento - sistemático Produção documental – Há interferência do arquivista Classificação Arquivística – Estrutural ou funcional, mas a maior incidência é por classificação funcional Avaliação – Por conjunto documental Destinação – Por conjunto documental Descrição – Utiliza normas de descrição Difusão – sites, facebook, blogs, twitter, etc Usuários – administradores, historiadores, cientistas sociais, público em geral ; Profissionais envolvidos: arquivistas, bibliotecários, administradores, historiadores, cientistas sociais	• Entidades – Públicas e privadas , mas há maior incidência em organizações privadas; • Princípios arquivísticos - Proveniência , procedência (origem) , Respeito aos fundos documentais, ordem original, territorialidade; • Classificação arquivística: funcional • Organização: por séries documentais • Recolhimento/aquisição – assistemático • Descrição –normas de descrição próprias da instituição; • Difusão – sites, facebook. • Usuários – profissionais de marketing e propaganda, administradores, historiadores, cientistas sociais, público em geral. • Profissionais envolvidos: bibliotecários, administradores, historiadores, cientistas sociais

Fonte: A autora (2020)

QUADRO COMPARATIVO 3

ARQUIVOS CENTRAIS OU COORDENAÇÃO DE ARQUIVOS	CENTROS DE DOCUMENTAÇÃO
Entidades -Públicas e privadas Princípios - Proveniência, Respeito aos fundos documentais, ordem original, territorialidade; Recolhimento - sistemático Produção documental - Há interferência Classificação Arquivística - Estrutural ou funcional Avaliação - Por conjunto documental Destinação - Por conjunto documental Descrição - Utiliza normas de descrição Difusão - sites, facebook, twitters, etc Usuários - administradores, historiadores, cientistas sociais, público em geral Profissionais envolvidos: arquivistas, bibliotecários, administradores, historiadores, etc	Entidades -Públicas e privadas Princípios - Proveniência, Respeito aos fundos documentais, ordem original, territorialidade; Recolhimento - sistemático Produção documental - Há interferência Classificação Arquivística - Estrutural ou funcional Avaliação - Por conjunto documental Destinação - Por conjunto documental Descrição - Utiliza normas de descrição Difusão - sites, facebook, twitters, etc Usuários - administradores, historiadores, cientistas sociais, público em geral Profissionais envolvidos: arquivistas, bibliotecários, administradores, historiadores, museólogos, cientistas sociais, etc

Fonte: A autora (2020)

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Hoje em dia as instituições de memória como arquivos, centros de memória e centros de documentação são impactados por tecnologias da informação e comunicação, além das bibliotecas e museus. Verifica-se a existência dessas instituições nas redes sociais em sites, facebooks, blogs e outras formas de difusão da informação administrativa, jurídica bem como divulgação científica, tecnológica, cultural e social de forma conjunta e amplo espectro na sociedade. Os objetivos de possibilitarem a recuperação da informação e o de acesso à informação são comuns entre as instituições de memória, mesmo que o tratamento da informação e dos documentos não sejam idênticos, mas visam o bem social através do conhecimento.

A informação e a memória são termos polissêmicos, relacionados com aspectos econômicos, políticos, sociais e de disputas de poder. O conceito de patrimônio documental prevalece sobre o conceito de memória nos arquivos e nos centros de documentação.

Quanto ao acesso à informação e aos documentos do Arquivo Nacional são potencializados por diversas ações de difusão, como sítios eletrônicos de pesquisa, exposições e publicações, além de possuir grande presença nas redes sociais com o SIAN, o Centro de Referências Memórias Reveladas, a Revista Acervo, o Festival Internacional de Filmes de Arquivo – Arquivo em Cartaz, e etc.

Os arquivos e os Centros de Documentação têm atribuições semelhantes, em função dos arquivos centrais ou das Coordenações de Arquivos: produção, classificação, avaliação, destinação, descrição e difusão de acervos e informações. A maior parte dessas instituições de memória são públicas, nas mais diversas instâncias.

Os Centros de Memória têm características de Centros de Documentação, pois comportam documentos de todos os gêneros documentais arquivísticos, além de objetos e artefatos tridimensionais, pois têm documentos arquivísticos, bibliográficos e museológicos. Não importa o suporte, mas sim a informação especializada. Contudo, os Centros de Memória existem em maior número nas entidades privadas.

Com os novos desafios tecnológicos, os arquivos contemporâneos passaram a ter atributos semelhantes aos das bibliotecas, centros de documentação e os centros de memória, tais como: tipos de documentos digitais ou natodigitais, exemplares únicos ou múltiplos, fonte geradora única para múltiplas fontes, indexação, instrumentos de pesquisa eletrônicos e interfaceados com outras unidades de informação, normalização descritiva.

Como pontos em comum, essas instituições de memória têm os seguintes aspectos: a disponibilização da informação custodiada, o acesso aos documentos e informações, a normalização, a mediação, os instrumentos de pesquisa e as estratégias de busca. Concluindo, a sociedade da informação nos impele para relações interdisciplinares no fazer e no pensar entre áreas do conhecimento.

Assinala-se que essas instituições de memória buscam recursos administrativos, gestão de acervos, a preservação do patrimônio documental, assim como, elementos estratégicos para a tomada de decisões, a identidade organizacional, enfim a solução de problemas documentais e informacionais.

A informação e o conhecimento são susceptíveis de serem gerenciados da mesma forma como qualquer outro recurso de uma organização ou de uma sociedade. No que diz respeito ao antigo paradigma, observou-se o acervamento e quanto ao novo paradigma, há a potencialização do acesso ao usuário e melhoria da sua competência informacional, havendo interação entre profissionais da informação e usuários. Atualmente, como as demais instituições, os arquivos não têm só como usuários o historiador, o administrador, mas também o grande público e os cidadãos em geral, atendem às demandas sociais e científicas.

É dever do estado a preservação do patrimônio cultural da nação, de prestar contas e dar acesso aos cidadãos dos atos governamentais, promovendo a transparência, independentemente do tipo de instituição de memória, custódia e disseminação de documentos e informações públicas e privadas.

REFERÊNCIAS

ARQUIVO NACIONAL. **Dicionário Brasileiro de Terminologia** . Rio de Janeiro: AN, 2005.

ARQUIVO NACIONAL. Disponível em : <http://antigo.arquivonacional.gov.br/br/>
Acesso em 22.11.2020.

BELLOTTTO, Heloísa Liberalli. Reflexões sobre o conceito de memória no campo da documentação administrativa. Em **Arquivos Permanentes: tratamento documental**. Rio de Janeiro: FGV, 2005

BELLOTTTO, Heloísa Liberalli. Arquivos, bibliotecas e centros de documentação. Da convergência de Objetivos à diversidade da documentação e do processamento técnico. Em: **Arquivo: Estudos e Reflexões**. Belo Horizonte: UFMG, 2014.

CÂMARA DOS DEPUTADOS. **Atribuições do Centro de Documentação**. Disponível em <https://www2.camara.leg.br/a-camara/estruturaadm/diretorias/diretoria-legislativa/estrutura-1/cedi> Acesso em 20.11.2020

CAMARGO, Ana Maria de Almeida et al. **Dicionário de Terminologia arquivística**. Centro de Memória da Educação. FEUSP/FAPESP. 2010.

CAMARGO, Ana Maria de Almeida; GOULART, Silvana. **Centros de Memória: uma proposta de definição**. São Paulo: SESC, 2015.

CUNHA, Murilo Bastos da; CAVALCANTI, Cordélia Robalinho de Oliveira. **Dicionário de Biblioteconomia e Arquivologia**. Brasília, DF: Briquet de Lemos, Livros, 2008.

FOUCAULT, Michel. **A Arqueologia do Saber**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1997.

HEDSTROM, Margaret. Arquivos e Memória Coletiva: mais que uma metáfora, menos que uma analogia. Em: **Correntes Atuais do Pensamento Arquivístico**. Belo Horizonte: UFMG, 2016. p. 237 – 259

PAZIN, Marcia. **A Importância dos Centros de Memória para as Instituições e para a Sociedade**. Disponível em <https://www.itaucultural.org.br/a-importancia-dos-centros-de-memoria-para-as-instituicoes-e-para-a-sociedade>. Acesso em 22.10.2020

SOUZA, Rosale de Mattos; SOUZA, Clarice M. **A Gestão de Documentos arquivísticos e o impacto das Tecnologias da Informação e Comunicação**. Em: CONGRESSO NACIONAL DE ARQUIVOLOGIA. Anais do IV Congresso Nacional de Arquivologia, 19 a 22 de outubro de 2010. Vitória, ES : Associação dos Arquivistas do Espírito Santo - AAERQES, 2010.